

Aceprev

Acesita Previdência Privada



Renovar é somar.

Nosso sucesso é resultado de trabalho em equipe.
Quando os alicerces da gestão são firmes,
as mudanças são seguras e bem-vindas.

Relatório Anual de Atividades 2016
Plano AMIB

aperam

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA	3
1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA	4
2. PARTICIPANTES	5
3. BENEFÍCIOS	6
4. CONTRIBUIÇÕES PARA A ENTIDADE	7
5. PATRIMÔNIO	8
6. INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	9
7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14
8. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	17
9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS, POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PARECERES	19

Renovar é somar, nosso resultado é fruto do trabalho em equipe e quando os alicerces da gestão são sólidos, as mudanças, quando ocorrem, são seguras e tranquilas.

Estamos encerrando um período de trabalho sob uma gestão que priorizou sempre a ética e buscou no trabalho em equipe, sua base firme de sustentação, na busca constante da mitigação dos riscos e primando pela adoção das melhores práticas de governança.

Agradecemos muito aos que dedicaram grande parte do seu tempo laboral aos nossos Planos de Benefícios e estão finalizando seus mandatos. Damos as boas vindas aos que chegam para somar à Aceprev, sabendo que os novos períodos serão também muito desafiadores, na busca incessante pelos resultados almejados por todos, que possam suportar e dar segurança de um futuro melhor aos nossos Participantes.

O ano de 2016 foi um ano consolidador de grandes conquistas da Aceprev e a Diretoria apresenta o Relatório Anual de Atividades de 2016, do Plano de Benefícios AMIB, com o resumo das atividades realizadas pela Entidade neste exercício, com informações precisas, no intuito de possibilitar o acompanhamento dos trabalhos realizados.

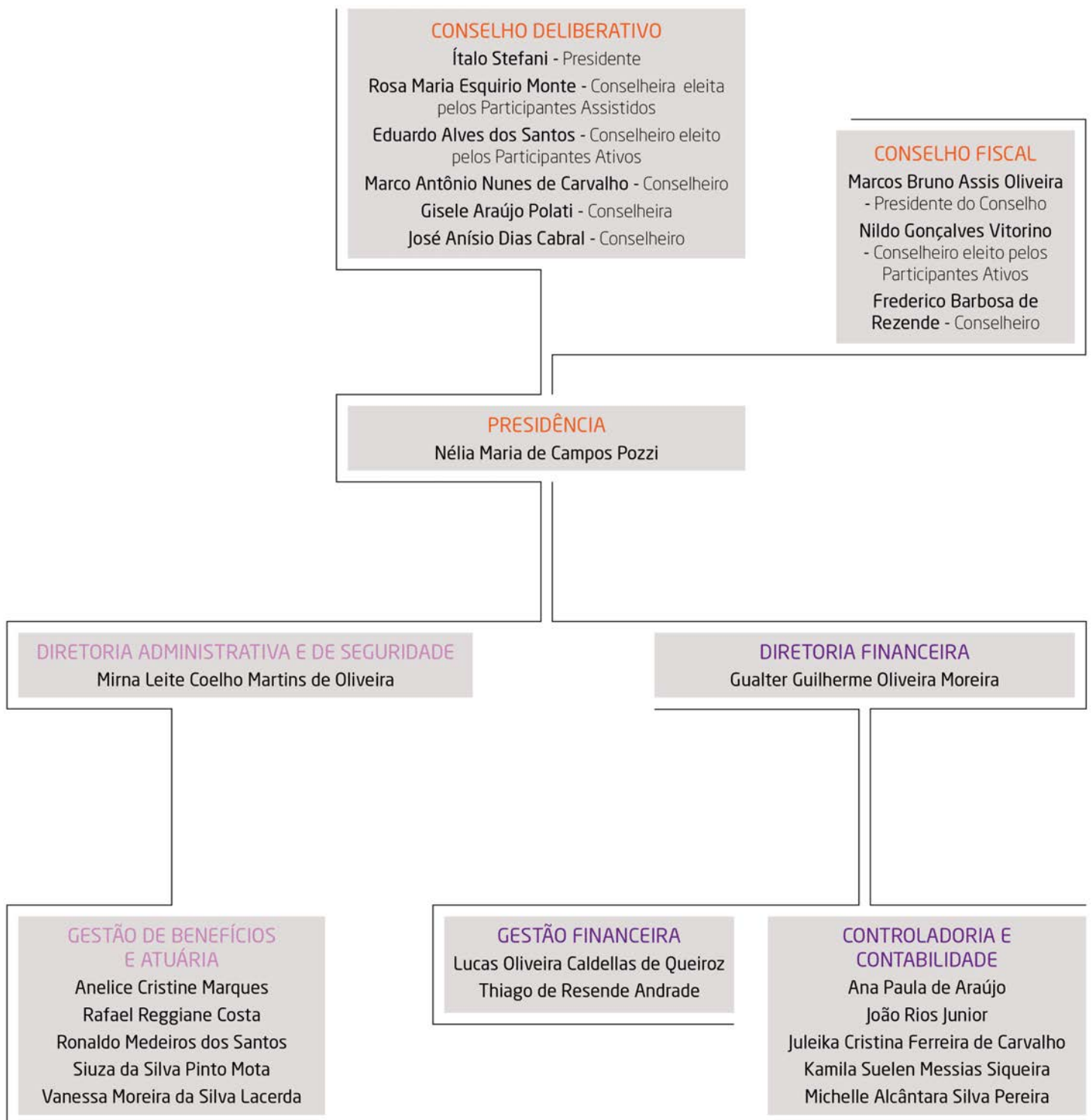
Este Relatório nos permite apresentar as atividades que foram realizadas conforme as políticas e procedimentos da Aceprev, suportando o alcance dos seus objetivos estratégicos e operacionais.

Mesmo com um ambiente político e econômico conturbado, a ACEPREV em 2016 manteve as estratégias já delineadas, buscando proteger a carteira de investimentos, e obter rentabilidades compatíveis com seus compromissos, evitando grandes volatilidades em seus resultados e adequando o risco de seu portfólio de investimentos. E, mesmo diante de tantos cenários adversos, conseguiu superar todos seus benchmarks. Na Reserva Cromo, o resultado acumulado foi de 13,46% aa, o que corresponde a 113,06% do benchmark (INPC+5% aa.), e na Reserva Níquel, o resultado acumulado foi de 13,56% aa, o que corresponde a 109,78% de seu benchmark híbrido (composto pela variação do Ibovespa + INPC+5% aa.).

Em atendimento a uma determinação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), a Aceprev realizou em 2016 uma assembleia de participantes para adequar o seu Estatuto.

A obtenção dos resultados apresentados neste relatório, só foi possível devido a confiança depositada na Aceprev. A Diretoria agradece a todos os participantes pelo contínuo acompanhamento da gestão, aos Patrocinadores pelo apoio, aos Conselheiros Deliberativos e Fiscais pela sua força de trabalho, aos membros dos Comitês, colaboradores e parceiros pela dedicação.

1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA



2. PARTICIPANTES

O Plano AMIB encerrou o exercício de 2016 com 4.128 Participantes, dentre os quais 1.406 Assistidos. A distribuição dos Participantes, comparada ao exercício anterior, pode ser verificada no quadro abaixo:

Participantes	31/12/16	31/12/15
Ativos	2.722	2.734
Empregados	2.525	2.537
Vinculados	76	88
Autopatrocínados (Ex-Empregados)	121	109
Assistidos	1.406	1.327
Aposentadoria	1.035	971
Incapacidade (Invalidez)	203	205
Pensão Por Morte	85	83
Benefício Proporcional Diferido	83	68
Total Geral	4.128	4.061

GRÁFICO DE PARTICIPANTES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA

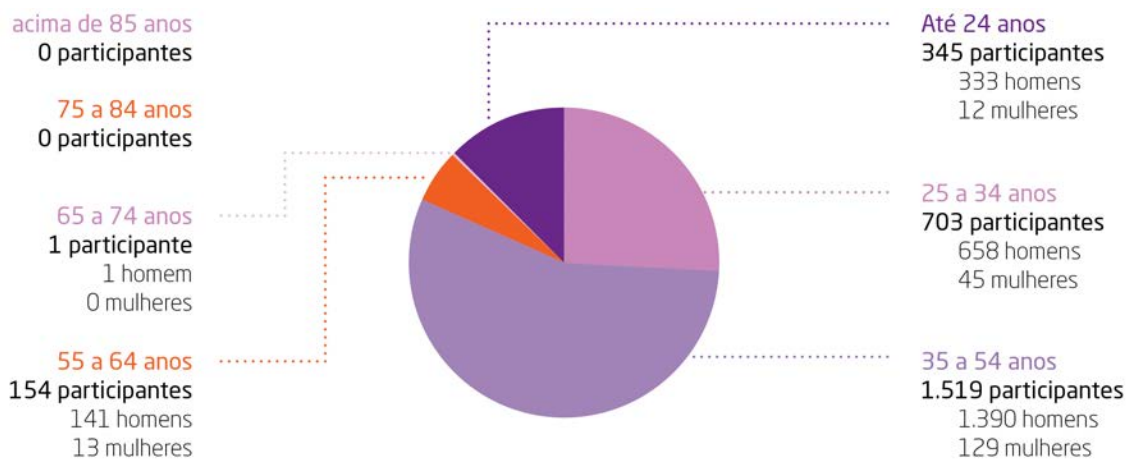
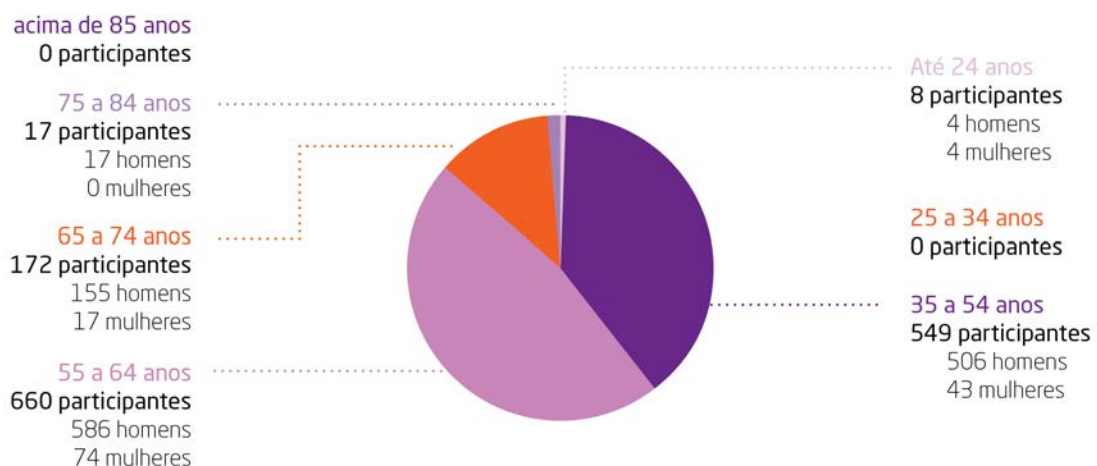


GRÁFICO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR FAIXA ETÁRIA



3. BENEFÍCIOS

Todos os Benefícios listados abaixo são oferecidos aos Participantes admitidos no plano até 04/09/2011. Para os Participantes admitidos no Plano a partir de 05/09/2011 e os migrados, também são oferecidos os benefícios abaixo, exceto as Aposentadorias na modalidade de recebimento vitalício e os Benefícios de Risco.

Aposentadorias:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria Especial
- Benefício Adicional

Benefícios de Risco:

- Auxílio Doença
- Incapacidade
- Pensão por Morte

Institutos Legais Obrigatórios:

- Resgate
- Benefício Proporcional Diferido (BPD)
- Portabilidade
- Autopatrocínio

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES DE ESTATUTO E REGULAMENTO

Não ocorreram modificações no Estatuto e Regulamento do Plano de Benefícios AMIB administrado pela ACEPREV no exercício de 2016.

BENEFÍCIOS PAGOS

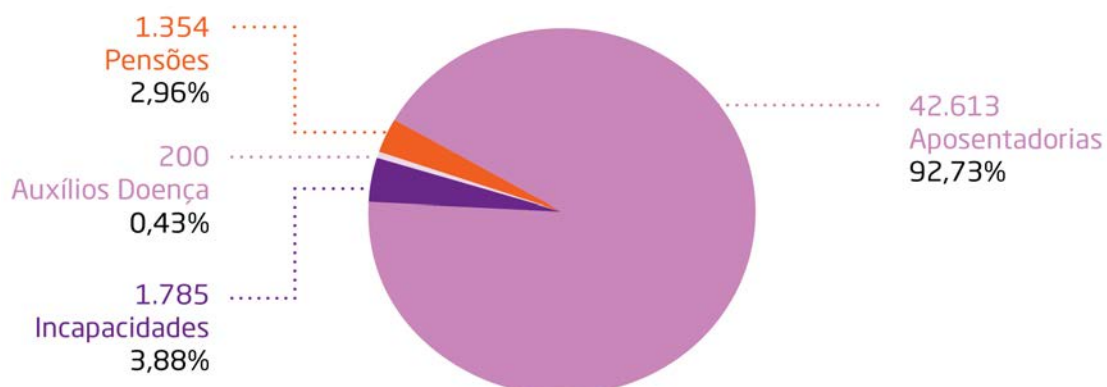
Tipo de Benefício	2015			2016		
	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Pessoas Assistidas	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Pessoas Assistidas
Aposentadoria Normal	883	4.710	75	1.060	6.435	91
Aposentadoria Especial	1.440	4.131	119	1.579	4.440	133
Aposentadoria Antecipada	9.067	24.737	777	9.600	26.562	811
Pensão por Morte	998	1.293	83	1.030	1.354	85
Auxílio Doença	180	307	10**	136	200	9
Incapacidade (Invalidez)	2.757	1.690	205	2.559	1.785	203
Benefício Proporcional Diferido	721	2.151	68	906	2.684	83
Benefício Adicional	3.130	2.010	*	3.142	2.492	*
Total de Benefícios Pagos	19.176	41.029	1.327	20.012	45.952	1.415

* Não soma com o total pois duplicará o nº de participantes, os participantes já constam no número das Aposentadorias Normal, ou Antecipada e ou Especial.

** Participantes computados como ativos

OBS: os Participantes com Benefício Adicional já constam no número de Aposentadorias Normal, ou Antecipada e ou Especial.

GRÁFICO DE BENEFÍCIOS PAGOS EM 2016 (R\$ mil)



4. CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO AMIB

Das contribuições efetuadas em 2016 para o Plano AMIB, as Patrocinadoras participaram com 36,39 %, enquanto os Participantes contribuíram com 63,61 % do montante recebido. Os valores das contribuições e seus respectivos percentuais em relação ao total das contribuições encontram-se no quadro abaixo.

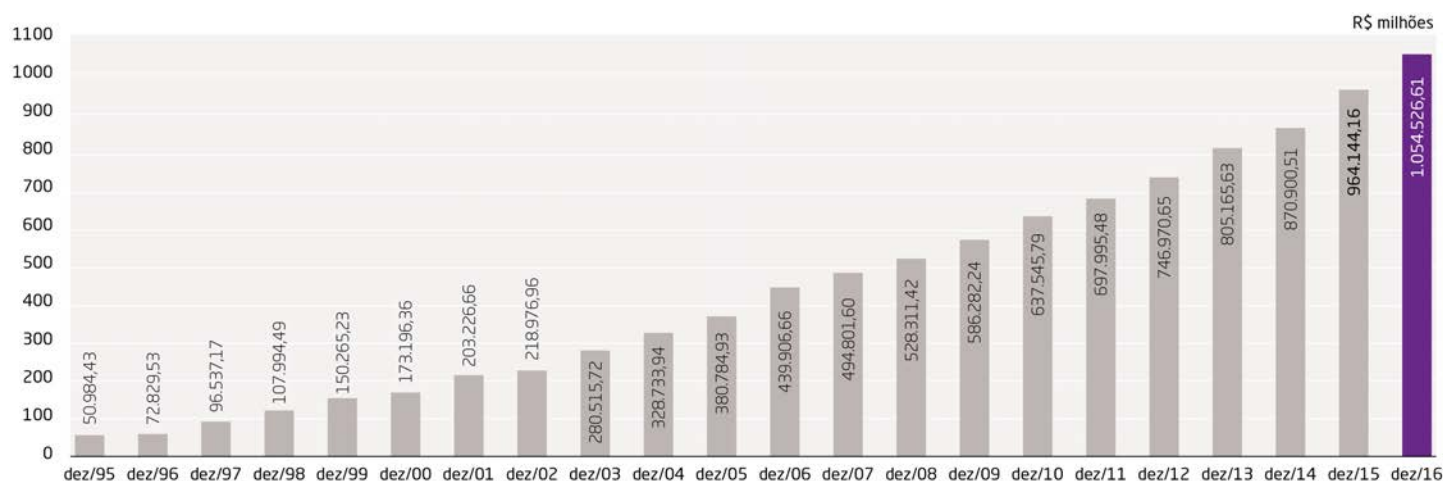
Contribuições	R\$ Mil	Percentual
Participantes	15.753	63,61
Básica	5.873	23,71
Voluntária / Especial	5.225	21,10
Autopatrocinaados / Vinculados	1.428	5,77
Portabilidade	3.227	13,03
Patrocinadora	9.012	36,39
Normal	5.896	23,81
Cobertura das Despesas Administrativas	2.928	11,82
Auxílio Doença	188	0,76
Total	24.765	100%

As contribuições das Patrocinadoras do Plano (Aperam South América e Aceprev), são repassadas ao Plano mensalmente, dentro dos prazos preestabelecidos. Informamos que não existe inadimplência de contribuições das Patrocinadoras com o Plano e nem contrato de dívida com as mesmas.

5. PATRIMÔNIO DO PLANO AMIB INVESTIDO

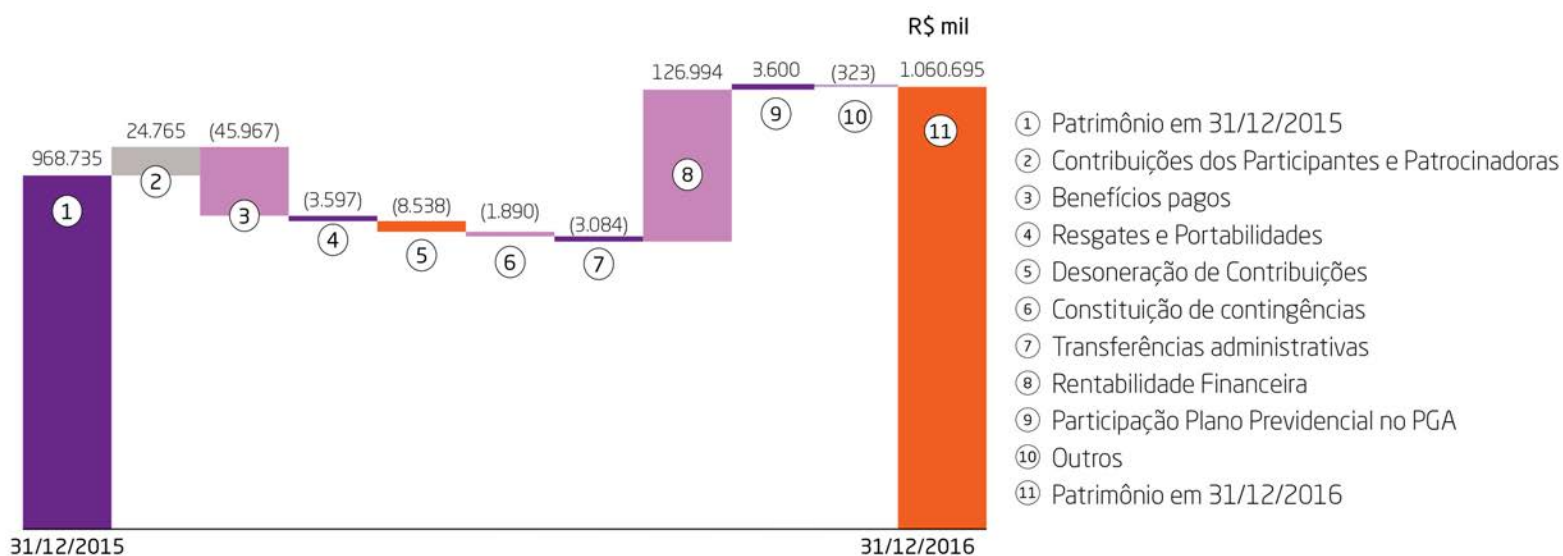
O Patrimônio do Plano AMIB, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro atingiu em dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.054.527 milhões. O quadro abaixo mostra a evolução do Patrimônio da Entidade:

INVESTIMENTO DA ENTIDADE



ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO TOTAL

A evolução do Patrimônio Total, representado pelos seus Ativos e pelo seu Exigível Operacional, Contingencial e Patrimônio Social, apresenta a seguinte evolução:



- ① Patrimônio em 31/12/2015
- ② Contribuições dos Participantes e Patrocinadoras
- ③ Benefícios pagos
- ④ Resgates e Portabilidades
- ⑤ Desoneração de Contribuições
- ⑥ Constituição de contingências
- ⑦ Transferências administrativas
- ⑧ Rentabilidade Financeira
- ⑨ Participação Plano Previdencial no PGA
- ⑩ Outros
- ⑪ Patrimônio em 31/12/2016

6. INVESTIMENTOS

RESUMO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

O patrimônio da ACEPREV é distribuído entre fundos de investimentos abertos e carteira própria. A Entidade possui um custodiante (Banco Itaú S/A).

A gestão dos recursos é rigorosamente pautada pela Política de Investimentos, aprovada previamente pelo Conselho Deliberativo e dentro dos limites impostos pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 3.792/2009 e posteriores).

A política de gestão foca o casamento dos investimentos (Ativos) com os pagamentos das obrigações atuais e futuras do plano de benefícios (Passivos).

6.1- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios AMIB

A) Reserva Cromo

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	92%	100%	100%	95%
Renda Variável	0%	0%	70%	0%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%	0%
Investimentos no Exterior	0%	0%	10%	0%
Imóveis	0%	8%	8%	5%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

b) Reserva Níquel

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	60%	100%	100%	80%
Renda Variável	0%	15%	70%	8%
Investimentos Estruturados	0%	12%	20%	8%
Investimentos no Exterior	0%	4%	10%	2%
Imóveis	0%	8%	8%	2%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

Plano de Gestão Administrativa - PGA

De acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa, PGA, o recurso é administrado através da alocação em fundo exclusivo ou aberto de renda fixa.

6.2- RENTABILIDADE

Plano de Benefícios AMIB

A rentabilidade do Plano AMIB, comparada a outros índices de referência, pode ser verificada na tabela abaixo.

Retorno	2016
Plano de Benefícios AMIB	13,52%
Reserva Níquel	13,56%
Reserva Cromo	13,46%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	11,91%
CDI	14,00%
Ibovespa	38,93%

Em atendimento a Instrução PREVIC nº 5 de 01 de Novembro de 2013, Capítulo II, Art. 6º, na tabela abaixo verifica-se a Cota Bruta e Líquida do Plano de Benefício AMIB.

Retorno	2016	
	Renda Bruta	Renda Líquida
Plano de Benefícios AMIB	13,68%	13,52%
Renda Fixa	13,97%	13,57%
Renda Variável	13,69%	12,44%
Investimento Estruturados	4,68%	4,39%
Imóveis	24,62%	23,90%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	11,91%	
CDI	14,00%	
Ibovespa	38,93%	

A Rentabilidade Líquida foi calculada com base nos valores da Contabilidade, sendo feita uma ponderação das alocações para se obter uma rentabilidade por segmento, conforme exigência legal.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Segmentos	2016
PGA	14,02%
CDI	14,00%

O PGA por não possuir despesas possui a rentabilidade bruta igual à rentabilidade líquida.

6.3- RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI)

Composição por Segmento (R\$ mil)

TOTAL DOS RECURSOS GERIDOS PELA ACEPREV

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	1.068.466	95,43%	968.468	94,54%
Renda Variável	9.227	0,82%	16.742	1,63%
Investimentos Imobiliários	18.880	1,69%	16.421	1,60%
Investimentos Estruturados	23.065	2,06%	22.789	2,22%
Total de Investimentos	1.119.639	100%	1.024.420	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	1.003.354	95,15%	908.200	94,20%
Renda Variável	9.227	0,87%	16.742	1,74%
Investimentos Imobiliários	18.880	1,79%	16.421	1,70%
Investimentos Estruturados	23.065	2,19%	22.789	2,36%
Total de Investimentos	1.054.526	100%	964.152	100%

RESERVA NÍQUEL

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	624.568	94,09%	561.631	92,53%
Renda Variável	9.227	1,39%	16.742	2,76%
Investimentos Imobiliários	6.969	1,05%	5.837	0,96%
Investimentos Estruturados	23.065	3,47%	22.789	3,75%
Total de Investimentos	663.829	100%	606.998	100%

RESERVA CROMO

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	378.786	96,95%	346.569	97,04%
Investimentos Imobiliários	11.911	3,05%	10.585	2,96%
Total de Investimentos	390.697	100%	357.153	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	61.366	100%	56.782	100%
Total de Investimentos	61.366	100%	56.782	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	3.746	100%	3.486	100%
Total de Investimentos	3.746	100%	3.486	100%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - TOTAL ACEPREV

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	63.727	27,99%	5,69%
Safra Capital Market	60.173	26,43%	5,37%
Itaú Institucional DI	53.719	23,60%	4,80%
FIDC SANEAGO IV	9.062	3,98%	0,81%
SulAmérica Expertise	7.228	3,17%	0,65%
Lacan Florestal	7.192	3,16%	0,64%
BVEP Plaza	7.163	3,15%	0,64%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	1,81%	0,37%
Modal Gaia CRI	3.759	1,65%	0,34%
Brasil Energia	2.016	0,89%	0,18%
SulAmérica Expertise II	1.999	0,88%	0,18%
BTG Infraestrutura II	1.941	0,85%	0,17%
Lacan Florestal II	1.879	0,83%	0,17%
P2 BRASIL	1.453	0,64%	0,13%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,38%	0,08%
FIDC CEDAE	815	0,36%	0,07%
BTG Corporate Office	557	0,24%	0,05%
Total Gestão Terceirizada	227.660	100%	20,33%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	62.197	28,92%	5,90%
Safra Capital Market	57.596	26,78%	5,46%
Itaú Institucional DI	47.215	21,96%	4,48%
SulAmérica Expertise	7.228	3,36%	0,69%
Lacan Florestal	7.192	3,34%	0,68%
BVEP Plaza	7.163	3,33%	0,68%
FIDC SANEAGO IV	7.048	3,28%	0,67%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	1,91%	0,39%
Modal Gaia CRI	3.759	1,75%	0,36%
Brasil Energia	2.016	0,94%	0,19%
SulAmérica Expertise II	1.999	0,93%	0,19%
BTG Infraestrutura II	1.941	0,90%	0,18%
Lacan Florestal II	1.879	0,87%	0,18%
P2 BRASIL	1.453	0,68%	0,14%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,40%	0,08%
FIDC CEDAE	815	0,38%	0,08%
BTG Pactual Corporate Office	557	0,26%	0,05%
Total Gestão Terceirizada	215.036	100%	20,39%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - RESERVA NÍQUEL

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Safra Capital Market	53.341	30,18%	8,04%
BNP Match	46.796	26,48%	7,05%
Itaú Institucional DI	30.589	17,31%	4,61%
SulAmérica Expertise	7.228	4,09%	1,09%
Lacan Florestal	7.192	4,07%	1,08%
BVEP Plaza	7.163	4,05%	1,08%
FIDC SANEAGO IV	5.034	2,85%	0,76%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	2,33%	0,62%
Modal Gaia CRI	3.759	2,13%	0,57%
Brasil Energia	2.016	1,14%	0,30%
SulAmérica Expertise II	1.999	1,13%	0,30%
BTG Infraestrutura II	1.941	1,10%	0,29%
Lacan Florestal II	1.879	1,06%	0,28%
P2 BRASIL	1.453	0,82%	0,22%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,49%	0,13%
FIDC CEDAE	815	0,46%	0,12%
BTG Corporate Office	557	0,32%	0,08%
Total Gestão Terceirizada	176.740	100 %	26,62 %

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - RESERVA CROMO

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	16.626	43,41%	4,26%
BNP Match	15.401	40,22%	3,94%
Safra Capital Market	4.255	11,11%	1,09%
FIDC SANEAGO IV	2.014	5,26%	0,52%
Total Gestão Terceirizada	38.296	100%	9,80%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	2.758	31,06%	4,49%
Safra Capital Market	2.577	29,03%	4,20%
FIDC SANEAGO IV	2.014	22,68%	3,28%
BNP Match	1.530	17,23%	2,49%
Total Gestão Terceirizada	8.879	100%	14,47%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	3.746	100%	99,95%
Total Gestão Terceirizada	3.746	100%	99,95%

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, que alterou a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do Plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da Gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo do PGA é formado pela seguinte movimentação:

- **Receitas:** Alocadas diretamente nos Planos, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Comuns e Específicas:** Alocadas diretamente nos Planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da ACEPREV, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, datada de 31 de outubro de 2011.

O fluxo da Gestão Administrativa pode ser assim demonstrado:

	2016	2015
(+) Receitas administrativas	5.573.999,35	4.951.818,23
(-) Despesas administrativas	(5.890.141,88)	(5.416.239,99)
(+) Rentabilidade do fundo administrativo	466.805,48	419.418,96
(+) Constituição Fundo / (-) reversão fundo	150.662,95	(45.002,80)

As despesas Administrativas se subdividem em:

	2016	2015	% sobre as receitas previdenciárias	
			2016	2015
Gestão Previdencial	3.403.276,50	3.337.875,41	13,74	14,98
Gestão dos investimentos	2.486.865,38	2.078.364,58	10,04	9,30

Os critérios adotados pela ACEPREV para a segregação das despesas administrativas do plano de gestão administrativa foram os seguintes:

Gestão Previdencial - Os custos administrativos alocados a essa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo e a cobertura dos mesmos é custeada por contribuição específica originada das Patrocinadoras Aperam Inox América do Sul S.A. com Aceprev para o Plano Amib e Aperam Bioenergia Ltda com Aperam

Inox América do Sul S.A. para o Plano Acesita tudo conforme determinação do atuário do plano – Mercer, detalhado no DA – Demonstrativo das Avaliações Atuariais, bem como dos Autopatrocinados e Vinculados.

Gestão de Investimentos - Os custos administrativos alocados nessa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo, e são totalmente custeados pela rentabilidade dos investimentos, conforme o Regulamento da Entidade.

A lógica adotada para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos Amib e Acesita para o exercício de 2016 utilizou a proporção da posição patrimonial dos Planos Amib e Acesita para as despesas da gestão financeira e a proporção pela posição do número de participantes de cada plano para a gestão previdencial.

Para as despesas administrativas específicas aos Planos Amib e Acesita foi elaborado demonstrativo definindo as mesmas. Todos os critérios encontram-se formalizados no Parecer DI 06/2015 de 04/12/2015, aprovado na 202ª reunião do Conselho Deliberativo da Aceprev de 10/12/2015.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA DO PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Apresentamos abaixo o demonstrativo das despesas administrativas dos Planos AMIB e Acesita (PBA) controlados no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Descrição	AMIB		PBA		CONSOLIDADO
	2016	2015	2016	2015	2016
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.449.025,81	3.494.028,61	3.164,28	0,00	3.452.190,09
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.040.804,83	5.371.237,19	484.990,94	519.244,55	6.525.795,77
1.1. Receitas	6.040.804,83	5.371.237,19	484.990,94	519.244,55	6.525.795,77
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.083.801,19	2.873.463,21	300.936,89	385.789,08	3.384.738,08
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.486.855,02	2.078.355,02	180.277,97	133.405,37	2.667.132,99
Resultado Positivo dos Investimentos	466.805,48	419.418,96	3.161,16	50,10	469.966,64
Outras Receitas	3.343,14	0,00	614,92	0,00	3.958,06
2. Despesas Administrativas	5.890.141,88	5.416.239,99	478.138,96	516.080,27	6.368.280,84
2.1. Administração Previdencial	3.403.276,50	3.337.875,41	297.860,33	382.674,90	3.701.136,83
2.1.1 Despesas Comuns	2.509.343,28	1.304.841,26	171.702,48	283.122,34	2.656.288,35
Pessoal e encargos	1.549.915,46	1.035.245,80	94.552,31	210.100,26	1.644.467,77
Treinamentos/congressos e seminários	23.271,96	2.932,27	1.485,45	0,00	24.757,41
Viagens e estadias	57.432,33	203.321,16	3.714,43	4.378,91	61.146,76
Serviços de terceiros	650.455,34	63.342,03	57.251,55	52.300,61	707.706,89
Despesas gerais	228.268,19	0,00	14.698,74	16.342,56	242.966,93
2.1.2 Despesas Específicas	893.933,22	2.033.034,15	126.157,85	99.552,56	1.020.091,07
Pessoal e encargos	0,00	668.121,62	0,00	0,00	0,00
Treinamentos/congressos e seminários	0,00	16.750,63	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	53.873,26	0,00	665,49	0,00
Serviços de terceiros	660.770,05	897.958,51	107.643,39	67.480,31	768.413,44
Despesas gerais	3.042,52	187.802,26	234,43	11.587,94	3.276,95
Depreciações e amortizações	40.283,48	44.394,32	2.571,29	0,00	42.854,77
Tributos	189.837,17	164.133,55	15.708,74	19.818,82	205.545,91

continua >>

2.2. Administração dos Investimentos	2.486.865,38	2.078.364,58	180.278,63	133.405,37	2.667.144,01
2.2.1 Despesas Comuns	2.098.395,18	1.029.049,81	139.015,27	105.068,40	2.148.456,45
Pessoal e encargos	1.540.406,82	887.452,12	98.291,79	84.807,72	1.638.698,61
Treinamentos/congressos e seminários	24.221,82	0,00	1.546,08	0,00	25.767,90
Viagens e estadias	59.434,93	908,56	3.751,17	16,69	63.186,10
Serviços de terceiros	308.635,91	66.165,69	24.720,28	15.215,29	333.356,19
Despesas gerais	165.695,70	73.746,98	10.705,95	4.962,23	176.401,65
Tributos	0,00	776,46	0,00	66,47	0,00
2.2.2 Despesas Específicas	388.470,20	1.049.314,77	41.263,36	28.336,97	429.733,56
Pessoal e encargos	0,00	329.060,28	0,00	0,00	0,00
Treinamentos/congressos e seminários	0,00	9.219,57	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	39.767,39	0,00	6,30	0,00
Serviços de terceiros	212.962,07	441.809,35	30.382,15	21.385,55	243.344,22
Despesas gerais	2.200,10	81.718,66	145,05	0,00	2.345,15
Depreciações e amortizações	2.241,90	2.385,00	143,10	0,00	2.385,00
Tributos	171.066,13	145.354,52	10.593,06	6.945,12	181.659,19
3. (+) Sobra / (-) Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	150.662,95	(45.002,80)	6.851,98	3.164,28	157.514,93
4. (+) Constituição / (-) Reversão do Fundo Administrativo (3)	150.662,95	(45.002,80)	6.851,98	3.164,28	157.514,93
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.599.688,76	3.449.025,81	10.016,26	3.164,28	3.609.705,02

Comentários sobre os critérios de pagamento de remuneração variável da Entidade:

- A Aceprev acompanha o acordo de participação nos lucros e resultados 2016, celebrado entre a Comissão de Empregados da Aperam e a Patrocinadora Aperam.
- Aplica-se aos empregados da categoria administrativa, operacionais e técnicas nível médio e superior
- O pagamento da participação nos lucros e resultados está subordinado ao alcance de metas, algumas gerais, outras por equipes.
- Para os diretores, e empregados nível técnico superior especializado, o programa é firmado em metas gerais (empresariais) e em metas individuais, negociadas entre os empregados e o Conselho Deliberativo da Entidade.

8. INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retomo de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência associada aos Participantes Mantidos e Assistidos, em gozo de renda mensal vitalícia, uma vez que estes têm seus benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.

Para os Participantes Migrados, Participantes admitidos após 05/09/2011, Assistidos e Beneficiários, em gozo de renda mensal financeira, o Plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados pela Mercer e pela ACEPREV, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Acesita Previdência Privada - ACEPREV.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 2,40% a.a. para 2,42% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de mortalidade geral também foi alterada da tábua AT-2000 Basic para AT-2000 com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento observado na massa de participantes.

Informações sobre a aderência da taxa de juros

A adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Entidade, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual e as observações do atuário estão contidas no estudo arquivado na Entidade. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da ACEPREV aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Principais impactos sofridos pelo Plano

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2015, posicionadas em 31 de dezembro de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 10,32%. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se à movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos), assim como pela elevação da premissa de crescimento salarial e alteração da tábua de mortalidade geral.

Natureza do resultado do Plano

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou superávit, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, uma vez que foi influenciado por fatores econômicos conjunturais (superação da meta atuarial) e atuariais estruturais (ajustes de hipóteses atuariais).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, e representa 19,01% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido. Não houve excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência, considerando a Duration de 2016, no valor de 11,91 anos. Dessa forma o limite, em 31 de dezembro de 2016, é de 21,91% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$69.630.436,05, que implicou na alocação do valor total do superávit apurado na Reserva de Contingência.

Hipóteses Atuariais

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2,42% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade (3)	Mercer Service
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos (5)	AT-2000 Basic agravada em 5 anos
Tábua de entrada em invalidez (4)	AT-2000
Outras hipóteses biométricas utilizadas (6)	Mercer Retirement

(1) O indexador utilizado é o INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A rotatividade, pela Mercer Service, varia de acordo com o tempo de serviço (TS): Mínimo $(0,75 / (TS + 1))$; 15%. A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo.

(5) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, agravada em 5 anos e segregada por sexo.

(6) A Mercer Retirement é uma tábua de probabilidade de entrada em aposentadoria e foi ajustada à experiência da ACEPREV da seguinte forma: 25% na primeira elegibilidade à Aposentadoria Antecipada, 10% após a primeira e antes da última elegibilidade à Aposentadoria Antecipada, 25% na última elegibilidade à Aposentadoria Antecipada e 100% na data de elegibilidade à Aposentadoria Normal.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, (mortalidade geral e crescimento salarial) as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Método Atuarial

Os benefícios de Aposentadoria Normal, Especial e Antecipada, Incapacidade e Pensão por Morte, de Participante Ativo, foram avaliados, prioritariamente, pelo método de "Capitalização Individual", sendo que o Benefício Mínimo e os benefícios garantidos foram avaliados pelo método "Agregado", enquanto que para o benefício de Auxílio Doença foi adotado o método de "Repartição Simples".

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2015.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios e o estudo técnico de aderência de hipóteses realizado.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECERES

Apresentamos abaixo, as demonstrações contábeis previstas no item 17 do anexo C da Resolução CNPC nº8 de 31/10/2011 bem como o balanço patrimonial e demonstração de resultados, elaboradas de modo simplificado para melhor entendimento dos Participantes tudo conforme determina a Resolução CGPC 28 de janeiro de 2009 e Resolução CGPC 5 de 30 de janeiro de 2002.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.16	31.12.15
ATIVO	1.060.694.780,61	968.734.811,97
DISPONÍVEL	151.755,67	16.218,61
CONTAS A RECEBER	6.016.417,22	4.574.429,13
APLICAÇÕES	1.054.526.607,72	964.144.164,23
Títulos Públicos	649.112.991,10	579.169.255,20
Créditos Privados e Depósitos	171.497.939,70	252.858.518,14
Fundos de Investimento	215.035.513,14	115.695.014,69
Investimento Imobiliário	18.880.163,78	16.421.376,20
PASSIVO	1.060.694.780,61	968.734.811,97
CONTAS A PAGAR	3.010.489,28	1.689.416,16
VALORES EM LITÍGIO	10.700.446,20	8.896.105,13
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	907.974.348,95	822.866.140,90
FUNDOS	78.533.538,99	81.694.735,66
EQUILÍBRIO TÉCNICO	60.475.957,19	53.588.414,12
Resultados Realizados	60.475.957,19	53.588.414,12
Superávit Técnico Acumulado	60.475.957,19	53.588.414,12

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$)	
	31.12.16	31.12.15
(+) CONTRIBUIÇÕES	24.765.396,14	22.285.306,20
(-) BENEFÍCIOS / RESGATES	58.101.443,64	52.076.058,68
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	126.993.696,19	129.071.666,01
(=) RECURSOS LIQUIDOS	93.657.648,69	99.280.913,52
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(3.083.801,19)	(2.873.463,21)
FORMAÇÃO VALORES EM LITÍGIO	(1.889.955,39)	(2.735.772,47)
FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(85.108.208,05)	(86.463.023,39)
CONSTITUIÇÃO / UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	3.311.859,01	(2.401.853,87)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(6.887.543,07)	(4.806.800,59)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.16	31.12.15	
A) Ativo Líquido - início do exercício	954.700	861.029	11
1. Adições	151.759	151.356	0
(+) Contribuições	24.765	22.285	11
(+) Resultado Positivo dos Invest. - Gestão Previdencial	126.994	129.071	(2)
2. Destinações	(63.075)	(57.685)	9
(-) Benefícios	(58.101)	(52.076)	12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.890)	(2.736)	(31)
(-) Custeio Administrativo	(3.084)	(2.873)	7
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	88.684	93.671	(5)
Variação anual:			
(+/-) Provisões Matemáticas	85.108	86.463	(2)
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.312)	2.446	(235)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	6.888	4.762	45
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.043.384	954.700	9
C) Fundos Não Previdenciais	3.600	3.449	4
(+/-) Fundos Administrativos	3.600	3.449	4

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Adições - Representa as entradas de recursos no Plano, ou seja, são os valores recebidos de patrocinadoras e participantes, cuja finalidade é o pagamento de benefícios de aposentadorias destes participantes, bem como a rentabilidade proporcionada pelos investimentos destes recursos no mercado financeiro.

Item 2 - Destinações - Refere-se, em grande parte, as saídas de recursos do Plano através de pagamentos de aposentadorias aos participantes aposentados.

Item 3 - Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido - Demonstra o aumento ou diminuição do montante dos recursos do Plano, ou seja, o Plano teve um incremento de R\$ 89 milhões no exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.16	31.12.15	
1. Ativos	1.060.695	968.734	9
Disponível	152	16	850
Recebível	6.016	4.574	32
Investimento	1.054.527	964.144	9
Títulos Públicos	649.113	579.169	12
Créditos Privados e Depósitos	171.498	252.859	(32)
Fundos de Investimento	215.036	115.695	86
Investimentos Imobiliários	18.880	16.421	15
2. Obrigações	13.710	10.585	30
Operacional	3.010	1.689	78
Contingencial	10.700	8.896	20
3. Fundos não Previdenciais	3.600	3.449	4
Fundos Administrativos	3.600	3.449	4
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.043.385	954.700	9
Provisões Matemáticas	907.975	822.866	10
Superávit Técnico	60.476	53.588	13
Fundos Previdenciais	74.934	78.246	(4)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	60.476	53.588	13
b) (+/-)Ajuste de Precificação	24.758	20.520	21
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	85.234	74.108	15

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Ativos - Investimentos: representam os montantes que a Entidade possui aplicados no mercado financeiro. A distribuição da alocação destes recursos está representada no quadro acima, detalhando os segmentos das aplicações dos mesmos.

Item 2 - Obrigações - representam os compromissos a pagar imediatos e futuros do Plano para com terceiros. Registra os valores de benefícios a pagar aos Participantes Assistidos do Plano e retenções da gestão previdencial, bem como registra as despesas a pagar relativas ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), decorrentes de fornecedores e encargos sobre salários, com vencimentos em janeiro/2017 e outras exigibilidades. Contingências representam as provisões para absorver perdas de ações ajuizadas contra a Aceprev, relativas às demandas contenciosas de natureza cível, com os prognósticos classificados pelos Assessores Jurídicos da Entidade como Perdas Prováveis.

Item 3 - O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os gastos excedentes ao custeio administrativo, relativos à manutenção da Estrutura Administrativa da Entidade, bem como os investimentos em Imobilizado. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do PGA.

Item 4 - Ativo Líquido - Representa o montante de recursos que o Plano possui para honrar com os compromissos do plano relativo às aposentadorias de seus Participantes.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.449	3.494	(1)
1. Custeio da Gestão Administrativa			
1.1. Receitas	6.041	5.371	12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.084	2.874	7
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.487	2.078	20
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	467	419	11
Outras Receitas	3	-	(100)
2. Despesas Administrativas	5.890	5.416	9
2.1. Administração Previdencial	3.403	3.338	2
2.1.1 Despesas Comuns	2.509	1.305	92
Pessoal e encargos	1.550	1.035	50
Treinamentos/Congressos e Seminários	23	-	100
Viagens e Estadias	57	3	1.800
Serviços de Terceiros	651	203	221
Despesas Gerais	228	64	256
2.1.2 Despesas Específicas	894	2.033	(56)
Pessoal e encargos	-	668	(100)
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	17	(100)
Viagens e Estadias	-	54	(100)
Serviços de Terceiros	661	898	(26)
Despesas Gerais	3	188	(98)
Depreciações e Amortizações	40	44	(9)
Tributos	190	164	16
2.2. Administração dos Investimentos	2.487	2.078	20
2.2.1 Despesas Comuns	2.098	1.029	104
Pessoal e Encargos	1.540	887	74
Treinamentos/Congressos e Seminários	24	0	100
Viagens e Estadias	59	1	5.800
Serviços de Terceiros	309	66	368
Despesas Gerais	166	74	124
Tributos	-	1	(100)
2.2.2 Despesas Específicas	389	1.049	(63)
Pessoal e encargos	-	329	(100)
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	9	(100)
Viagens e Estadias	-	40	(100)
Serviços de Terceiros	213	442	(52)
Despesas Gerais	2	82	(98)
Depreciações e Amortizações	3	2	50
Tributos	171	145	18

continua >>

3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	151	(45)	(436)
4. Constituição/ (Reversão) do Fundo Administrativo (3)	151	(45)	(436)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.600	3.449	4

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: AMIB (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em		
	31.12.16	31.12.15	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.057.094	965.286	10
1) Provisões Matemáticas	907.974	822.867	10
1.1. Benefícios Concedidos	480.127	402.224	19
Contribuição Definida	186.818	148.561	26
Benefício Definido	293.309	253.663	16
1.2. Benefício a Conceder	427.847	420.643	2
Contribuição Definida	403.328	387.367	4
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	160.731	154.950	4
Saldo de Contas - Parcela Participantes	242.597	232.417	4
Benefício Definido	24.519	33.276	(25)
2. Equilíbrio Técnico	60.476	53.588	13
2.1. Resultados Realizados	60.476	53.588	13
Superávit Técnico Acumulado	60.476	53.588	13
Reserva de Contingência	60.430	53.532	13
Reserva para revisão de plano	46	56	(18)
3. Fundos	74.934	78.246	(4)
3.1. Fundos Previdenciais	74.934	78.246	(4)
4. Exigível Operacional	3.010	1.689	78
4.1. Gestão Previdencial	2.797	1.492	87
4.2. Investimentos Gestão Previdencial	213	197	8
5. Exigível Contingencial	10.700	8.896	20
5.1. Gestão Previdencial	10.700	8.896	20

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2016 bem como as próprias Demonstrações Contábeis estão publicadas no site da Entidade, www.aceprev.com.br > Downloads > Relatório de Atividades / 2016.

Parecer do Auditor Externo

O Relatório do Auditor Independente Fernando Motta & Associados apresenta em seu parecer a opinião de que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, conforme podemos atestar no demonstrativo abaixo.

PAR-17/018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV

Belo Horizonte – MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, do plano de gestão administrativa (consolidado) e por plano de benefícios AMIB e ACESITA e das provisões técnicas do Plano de Benefícios da AMIB e ACESITA do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Aceprev é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Aceprev continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Aceprev são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Aceprev;

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Aceprev bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2017.

Fernando Motta & Associados

Auditores Independentes

CRCMG – 757

Alessandra Nascimento da Silva Cadar

Contador CRCMG – 79.000

Ivo de Almeida Motta

Contador CRCMG – 30.018

Laudo de Certificação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV

Suporte Técnico: Mariana Gouvêa Custódio MIBA/MTb 2.144
RT Atuarial: Paulo Josef Gouvêa da Gama MIBA/MTb nº 978
Diretor-Geral: João Roberto Rodarte CONRE nº 6928 5ª região

Conclusão: Assim, admitindo-se como válidas as informações presentes no Parecer Atuarial de 2015 e 2016, após as verificações efetuadas, concluímos que as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e outros parâmetros, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios da AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, necessárias à cobertura dos compromissos, visando à preservação do nível de solvência dos planos, atendem à legislação e estão adequados, nos aspectos mais relevantes, aos benefícios para os quais são empregados. Essa é a nossa manifestação.

Belo Horizonte, 16 de março de 2017.

Rodarte Nogueira

Consultoria em Estatística e Atuária CIBA nº 070

Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Segundo Semestre de 2016

Os membros do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do art. 23 do Estatuto da Entidade, cumprindo os ditames da Resolução CGPC 13/2004 e da Resolução BACEN/CMN 3.792 de 24/09/2009, manifestam sobre os seguintes pontos de análise, relativos ao segundo semestre de 2016: (1) análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos; (2) aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos; (3) aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios; (4) adequação da execução orçamentária; (5) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016; (6) certificação de profissionais; (7) eventos relevantes; (8) eventos subsequentes; (9) recomendações do Conselho Fiscal e (10) observações finais.

Destarte, nos exatos termos constantes da ata da 75ª reunião do Conselho Fiscal, datada de 17/03/2017, lavrada em forma de sumário e arquivada em livro próprio, bem como pelo que consta do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, também datado de 17/03/2017, o Conselho Fiscal deu seu parecer nos seguintes termos:

1. Análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos. O Conselho Fiscal verificou a existência e acompanhamento de controles internos na mitigação dos riscos, conforme Plano de Ação da Entidade, parte integrante do Relatório da Administração. Foi recomendado à Diretoria da Entidade que as ações de melhorias apresentadas pela Administração sejam implementadas e constantemente monitoradas visando o pleno cumprimento das mesmas.

2. Aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos. Nos termos do art. 19 da Resolução CGPC 13/2004, com base nos relatórios emitidos no segundo semestre de 2016 pela Diretoria Financeira, os Conselheiros Fiscais, por unanimidade, declaram ter avaliado e atestado a aderência da gestão de recursos da Entidade com a legislação em vigor e com a Política de Investimentos.

3. Aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios. Considerando que a Resolução CGPC 13/2004, nos termos do art. 19, I, determina que o Conselho Fiscal ateste a aderência das premissas e hipóteses atuariais, mas por outro lado, este Colegiado não tem como cumprir tais ditames, por lhe faltar aparato técnico, tomou por base os pareceres atuariais emitidos em 16/02/2017 pela MERCER. Assim, o Conselho Fiscal atestou a aderência das hipóteses e premissas atuariais.

4. Adequação da Execução Orçamentária. Nos termos do art. 19, I, da Resolução CGPC 13/2004, o Conselho Fiscal atestou o cumprimento do Orçamento Geral do segundo semestre de 2016.

5. Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nos termos do art. 23, alínea "a" do Estatuto da Entidade, os Conselheiros Fiscais examinaram as Demonstrações Financeiras da Entidade em 31/12/2016. Com base nos documentos examinados, os Conselheiros Fiscais aprovaram as mencionadas Demonstrações Financeiras, que traduzem, em todos os aspectos materiais, a situação patrimonial e financeira da Acesita Previdência Privada em 31 de dezembro de 2016 e o resultado de suas operações correspondente àquele exercício, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

6. Certificação de Profissionais. Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 16 de abril de 2015, alterado pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, a Entidade deveria ter a maioria dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e a totalidade dos membros da Diretoria Executiva certificados até 15 de abril de 2016. Em razão disso, este Conselho entrevistou o Diretor Financeiro e o Contador da Entidade e confirmou, através de análise documental, as constatações já feitas no fechamento do 1º semestre de 2016, quais sejam: (i) que a totalidade dos membros da Diretoria Executiva já está certificada, bem como todos os empregados que trabalham na avaliação e aprovação de investimentos ou são responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, bem como os integrantes do Comitê de Investimentos; (ii) que 5 membros do Conselho Deliberativo e 2 membros do Conselho Fiscal também foram certificados dentro do prazo estipulado; e (iii) que os suplentes do Conselho Deliberativo enviaram cartas renunciando aos cargos e que há parecer jurídico emitido pela PAR Advogados, datado de 03/11/2015, concluindo pela não necessidade de realização de eleições para substituição dos suplentes. Relativamente, ao membro suplente do Conselho Fiscal (Sr. Elias Carlos Lopes), verificamos que a assessoria jurídica PAR Advogados emitiu parecer, em 13/03/2017, concluindo que (i) como a Entidade tomou todas as ações necessárias e ao seu alcance para possibilitar a certificação deste Conselheiro-Suplente, (ii) como restam poucos dias para o final do mandato vigente dos Conselhos e (iii) como se trata de Conselheiro-Suplente eleito pelos participantes, a Entidade deveria aguardar o final do mandato sem exonerar o mesmo. Este Conselho, com base no parecer jurídico e na documentação disponibilizada, concorda que a estratégia proposta é adequada. Este Conselho também atestou que, com vistas a mitigar/evitar possíveis problemas com a certificação de novos conselheiros eleitos pelos participantes, foram inseridos dois dispositivos (artigo 9º, §3º, e artigo 26) no Regimento Interno da eleição recentemente realizada. Ainda, em entrevista com o Contador da Entidade, este Conselho atestou que a ACEPREV já está trabalhando para atender a legislação vigente, no que diz respeito à habilitação e certificação dos conselheiros fiscais e deliberativos do próximo mandato, bem como dos membros da futura Diretoria Executiva.

7. Eventos Relevantes. 7.1. Reuniões do Comitê de Ética. Embora o Comitê de Ética não tenha recebido qualquer "denúncia ou pleito a ser discutido", atestamos a realização de duas reuniões ordinárias, conforme previsto no artigo 3º do Regimento Interno deste comitê. Nas reuniões ocorridas em 16/05/2016 e 04/12/2016, conforme se depreende da análise de suas atas, é importante destacar a disponibilização, pela Diretoria Executiva da Entidade, de assessoria jurídica sempre que for necessário, nos termos do que fora registrado na ata da primeira reunião, o que se trata de medida louvável, uma vez que esta disponibilização pode dar mais segurança ao Comitê e, conseqüentemente, poderá contribuir na análise de possíveis denúncias a serem apuradas. **7.2. E-Financeira.** Conforme consignado no fechamento do primeiro semestre de 2016, ficara pendente para envio as informações do 1º semestre de 2016, que deveriam ser entregues até o último dia útil de novembro de 2016, em razão da prorrogação do prazo. Em entrevista com a Diretora Administrativa e de Seguridade e também conforme consta no Relatório de Administração, atestamos que as informações relativas ao primeiro semestre de 2016 foram enviadas em 22/11/2016, cumprindo o prazo estipulado pela RFB. Verificamos também que, nos termos da Instrução Normativa RFB 1571/2015, a e-Financeira é obrigatória para fatos ocorridos a partir de 01/12/2015 e deverá ser transmitida semestralmente nos seguintes prazos, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano anterior. **7.3. Alteração do Estatuto da Entidade.** Conforme já registrado no fechamento do primeiro semestre de 2016, e em entrevista com a Diretora Administrativa e de Seguridade, confirmamos a aprovação de alteração do Estatuto da Entidade, para atendimento ao Ofício nº 2125/2014/CGIG/DITEC/PREVIC, de 25 de junho de 2014. Tal alteração teve como objetivo evidenciar que as futuras alterações no Estatuto e do Regulamento do Plano de Benefícios AMIB somente acontecerão após expressa concordância da Assembleia de Participantes e dos Patrocinadores, aprovação pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo e, finalmente, aprovação da PREVIC. A aprovação desta alteração foi precedida de deliberação do Conselho Deliberativo da Entidade, em 30/08/ 2016, seguida de aprovação pela assembleia dos participantes, ocorrida em 04/10/2016, e posterior aprovação da PREVIC, conforme Parecer nº 67/2017/CAF/CGAF/DITEC e Portaria nº 83, de 02/02/2017, publicada no Diário Oficial da União em 08/02/2017.

8. Eventos Subsequentes. 8.1 Auditoria da Patrocinadora Aperam Inox América do Sul. A equipe de Auditoria Interna da Patrocinadora Aperam Inox América do Sul, a pedido da própria patrocinadora, está realizando auditoria nos controles-chaves dos Planos de Benefícios AMIB e Acesita, bem como dos procedimentos da gestão da Entidade.

Tal auditoria teve início em janeiro de 2017 e tem previsão de término em março de 2017. Este Conselho solicita que as conclusões da auditoria sejam encaminhadas para sua análise, tão logo a auditoria seja encerrada. **8.2 Composição dos Conselhos e da Diretoria Executiva para o próximo triênio (2017/2020).** Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 aconteceram as eleições para escolha dos novos representantes dos participantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal para o mandato que se inicia em 1º de abril de 2017. Nos termos do Estatuto da Entidade dos artigos 11, §2º, e 20, §2º, é garantida a indicação, pelos participantes, de 1/3 dos componentes de cada Conselho. Após entrevista com a Diretora Administrativa e de Segurança e análise dos documentos apresentados (regulamento eleitoral, atas de reuniões etc.), este Conselho atestou que o processo transcorreu de maneira tranquila e sem ressalvas. Além da eleição dos representantes dos participantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, verificamos que as Patrocinadoras, nos termos dos artigos dos artigos 11, §1º, e 20, §1º, indicaram os demais membros dos conselhos, conforme atas de reuniões das diretorias da Aperam Inox América do Sul S.A., datada de 13/02/2017, e posterior validação, por meio de carta de anuência, das Patrocinadoras Acesita Previdência Privada e Aperam BioEnergia Ltda., datadas de 16/02/2017. Verificamos, ainda, que na ata da 216ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 09/02/2017, já foi feita a indicação e aprovação dos nomes da Diretoria Executiva para o próximo triênio, nos termos do artigo 15 do Estatuto da Entidade.

9. Recomendações do Conselho Fiscal. As recomendações do Conselho Fiscal decorrentes da análise do Relatório da Administração referente ao segundo semestre de 2016 estão inseridas nos respectivos tópicos do Relatório de Controles Internos deste Conselho. As recomendações em fase de implementação, devidamente justificadas pela Diretoria da Entidade, fazem parte do Plano de Ação, constante do Relatório da Administração.

10. Indicações ao Comitê de Ética. Conforme obrigação disposta no artigo 21º do Código de Ética da Entidade, este Conselho vem indicar para o biênio 2016/2017 a recondução do Sr. Arysio Nogueira de Jesus e a indicação do Sr. Jânio Carlos Gomes de Oliveira.

11. Observações finais. Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho Fiscal pediu para constar o seguinte: a) que o Relatório de Controles Internos, assinado na presente data, faz parte integrante deste parecer, para todos os fins de direito, e nele constam todas as eventuais recomendações do Conselho Fiscal que não geram ressalvas na ata ou no parecer de aprovação dos resultados, sendo que os apontamentos sugerem melhorias para os controles internos e procedimentos adotados pela Entidade; b) que os Diretores (Diretora Presidente, Diretor Financeiro e Diretora Administrativa e de Segurança), a Analista Contábil e o Contador da Entidade compareceram à reunião, bem como deram todas as explicações requeridas; c) que o Conselho Fiscal recebeu, previamente, os pareceres dos Auditores Independentes, não havendo ressalvas sobre o parecer das Demonstrações Financeiras (PAR-17/018).

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente parecer que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelos Conselheiros Fiscais da Entidade.

Belo Horizonte, 17 de março de 2017.

Marcos Bruno Assis Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Frederico Barbosa de Rezende
Conselheiro Fiscal

Nildo Gonçalves Vitorino
Conselheiro Fiscal

Recomendações do Conselho Fiscal

Relatório de Controles Internos 2º semestre de 2016

A Diretoria Executiva da Entidade consolidou em um só plano de ação, todas as pendências extraídas dos relatórios da fiscalização da PREVIC, do Conselho Fiscal, da Auditoria Externa e do Conselho Deliberativo. Este Plano de Ação consolidado, com o acompanhamento e andamento das ações está demonstrado nos anexos do Relatório da Administração - Processo Gestão Administrativa - Plano de Ação JCMB. O cumprimento das ações no prazo estabelecido é monitorado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Parecer do Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada

O Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada, no uso de suas atribuições estatutárias examinou o Relatório de Desempenho, as Demonstrações Contábeis da Entidade incluindo, o Balanço Patrimonial - Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada, as Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como os Pareceres Atuariais de 16 de fevereiro de 2017.

Com base nos documentos examinados, nos pareceres dos Auditores Fernando Motta & Associados datado de 15 de març  de 2017, no parecer do Atu rio Mercer Human Resource Consulting Ltda datado de 16 de fevereiro de 2017 e no Relatório de Controles Internos e Parecer do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, ambos documentos datados de 17.03.2017, os membros deste Conselho Deliberativo, em cumprimento ao disposto nos inciso VII do artigo 14 do Estatuto da Entidade, aprovaram o relatório anual e prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do Inciso III do artigo 14 do Estatuto, o Conselho Deliberativo, examinando ainda os documentos acima citados aprovou os cálculos atuarias e o custeio anual para os Planos de Benefícios da Entidade, tudo conforme consta do Parecer Actuarial da Mercer Human Resource Consulting Ltda. assinado em 16/02/2017, ficando aprovadas as matérias ali contidas e de competência deste colegiado.

As deliberações e aprovações contidas no presente parecer constam lavradas da Ata 217ª reunião do Conselho Deliberativo, arquivada em livro próprio e ora ratificada.

Belo Horizonte, 27 de març  de 2017.

Marco Ant nio Nunes de Carvalho

Presidente do Conselho Deliberativo Substituto

Auditor Externo
Fernando Motta & Associados
(31) 3221-3500
alessandra@fmotta.com.br

Administrador Responsável
Gualter Guilherme Oliveira Moreira
(31) 3048-6252
gualter.moreira@aperam.com

BELO HORIZONTE

Av. Assis Chateaubriand, nº 264, 2º andar - CEP 30.150-100 - Belo Horizonte - MG

E-mail: inox.aceprev@aperam.com

Telefone: (31) 3048-6318 / 6317 - Fax: (31) 3048-6284

TIMÓTEO

Praça 1º de Maio, nº 9 - Centro - CEP 35.180-018 - Timóteo - MG

E-mail: inox.aceprevusina@aperam.com

Telefone: (31) 3849-7001 / 7408 - Fax: (31) 3849-7004